



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS  
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

**Acta da Reunião Ordinária da  
Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial (CICDR)**

Aos dezasseis dias do mês de Abril de dois mil e sete, pelas dez horas, reuniu, em Assembleia Ordinária, a Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial, adiante designada por CICDR, nas instalações do Alto-Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas, sitas na Rua Álvaro Coutinho nº14, em Lisboa, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1) Aprovação da acta da reunião de 26 de Fevereiro de 2007-----;
- 2) Ponto de situação sobre processos de contra-ordenação pendentes na CICDR; -----;
- 3) Outros assuntos de interesse relevante;-----;
- 4) Marcação da próxima reunião-----;

Presidiu à reunião o Alto-Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas, Dr. Rui Marques, que, nos termos da lei, é o Presidente da CICDR. Também estava presente o Consultor Jurídico do Gabinete do Alto-Comissário, Dr. Duarte Miranda Mendes, que secretariou a reunião.

O **Presidente da CICDR** verificou que se encontravam presentes os seguintes Conselheiros: Deputados Maria Celeste Lopes da Silva, Sandra Ribeiro, Jorge Silva, José Falcão, João Silva, Carlos Trindade, José Cordeiro, Teresa Tito de Morais Mendes, Carlos Miguel e o Conselheiro Macaísta Malheiros, tendo faltado os Conselheiros Deputado Feliciano Barreiras Duarte, Jesuína Ribeiro, Y Ping Show, Luzia de Carvalho, Sofia Baião Horta, Maria Cidália Figueiredo e Manuel Correia.

Verificando a presença do quórum necessário, o Presidente da CICDR começou por agradecer a presença de todos e deu início aos trabalhos colocando à votação o **ponto 1 da Ordem dos Trabalhos** sobre o projecto de acta da reunião de 26 de Fevereiro de 2007, tendo esta sido aprovada por unanimidade dos presentes após curtas rectificações.

Dando início ao **ponto 2 da Ordem dos Trabalhos**, o Dr. Duarte Miranda Mendes fez uma breve exposição do ponto de situação das queixas e dos processos de contra-ordenação pela prática de actos discriminatórios conforme documentação distribuída pelos Conselheiros presentes. A este propósito os Conselheiros teceram várias considerações em que, de certa forma, também foram dando informações que também já fariam parte do **ponto 3 da Ordem dos Trabalhos**, pelo que se apresenta breve síntese das várias intervenções que se seguiram, reportadas a estes dois pontos da ordem dos trabalhos.

O Conselheiro José Falcão interveio no âmbito da actual situação da divulgação da nacionalidade ou da origem étnica dos suspeitos de ilícitos pelos media e da recente actuação do SOS Racismo contra o PNR.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS  
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

O Presidente da CICDR deu a conhecer aos presentes a pronta actuação da Comissão Permanente da CICDR sobre o cartaz do PNR, cujo comunicado foi oportunamente distribuído e da realização da reunião urgente deste órgão para análise da situação e respectivas conclusões.

O Conselheiro João Silva informou os presentes sobre uma situação de discriminação praticada pela Junta de Freguesia do Coração de Jesus, no concelho de Viseu, e manifestou preocupação quanto ao entendimento restritivo de algumas empresas ao não aceitarem os comprovativos de pedidos de renovação de vistos dos imigrantes, no âmbito da regularização do art. 71º, entendendo que estes se mantêm ilegais, pelo que se deveria sensibilizar o SEF para tomar posição formal sobre esta questão.

O Conselheiro Macaísta Malheiros deu a conhecer as situações de “*Situation Testing*” para apurar situações de discriminação racial e que também deveriam ser ponderadas na reforma em curso, tendo o Conselheiro José Falcão dado exemplos de intervenções do SOS Racismo que seguiram essa metodologia.

A Conselheira Teresa Tito de Morais Mendes levantou a questão da remuneração dos Conselheiros que dependem muito tempo a analisar os processos de contra-ordenação, o que foi corroborado pelo Conselheiro José Cordeiro que entende que deveria ser trabalho dos técnicos, devendo a lei prever a delegação desse trabalho nos técnicos.

O Conselheiro Jorge Silva concordou com a posição da CP da CICDR sobre o cartaz do PNR, expressa no comunicado, entendendo, porém, que se deveria retirar o cartaz, salientou ainda a necessidade de se levar a informação sobre estas matérias ainda mais longe em termos de divulgação e de consciencialização do público para estes problemas.

O Presidente da CICDR referiu que as regras a respeitar num Estado de direito são essenciais, não se podendo exigir ou propor atitudes ilegais, sendo o Tribunal Constitucional a entidade competente para intervir e aferir a legalidade dos partidos e devendo a posição da Comissão assumir uma postura institucional.

O Conselheiro Jorge Silva entendeu que a atitude a defender deveria ser mais enérgica mas respeitando o quadro legal, tratando-se de uma situação em que se aproveitam da democracia para fins totalitários.

O Conselheiro Macaísta Malheiros salientou, a este propósito, que os meios jurídicos têm poucas possibilidades, devendo a resposta pertencer à sociedade civil. No tocante às interpretações do SEF quanto ao art. 71º deveria ser enviado ofício a pedir esclarecimentos e, finalmente, quanto à situação da decisão da Junta de Freguesia do Coração de Jesus deveria ser participado ao Ministério Público para interposição de acção de declaração de nulidade da postura que aprovou as taxas diferenciadas em função da nacionalidade.

A Conselheira Deputada Celeste Lopes da Silva levantou a questão de existirem direitos que as pessoas, por negligência, não usufruem, indagando, neste âmbito, se estariam a ser distribuídos panfletos aos imigrantes sobre a lei da nacionalidade.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS  
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

O Presidente da CICDR deu a conhecer as várias iniciativas e esforços do Alto-Comissariado sobre a distribuição de informação sobre a lei da nacionalidade, no tocante à questão do PNR reforçou que não se deve temer o debate público com este movimento e que o problema da não comparência no programa da TV Record foi um problema de método, uma vez que omitiram deliberadamente a presença do PNR, salientou, ainda, a importância da direita e do PP no combate ao PNR. Por outro lado, deu a conhecer o lançamento do estudo do Observatório da Imigração designado por “Interculturalidade na Expansão Portuguesa”, a campanha designada por “Tectos de Vidro” contra a discriminação no acesso ao trabalho e o facto da Associação Portuguesa dos Gestores e Técnicos de Recursos Humanos, pretender lançar um código social e deontológico para as empresas de recursos humanos contendo a preocupação de prever estas matérias da discriminação racial.

A Conselheira Deputada Celeste Lopes da Silva invocou a intervenção do Deputado Manuel Alegre na Assembleia da República, no sentido de se estar a dar importância a mais ao cartaz do PNR e que esse era precisamente o objectivo deles.

O Conselheiro Carlos Trindade afirmou que a questão do PNR não seria só um problema dos imigrantes mas que também seria, por exemplo, dos homossexuais, deu ainda o exemplo francês, mais concretamente, o ressurgimento do partido do Le Pen perante a crise social francesa, salientando o papel da esquerda como tendo um papel fundamental no combate a este tipo de movimentos.

O Conselheiro João Silva levantou a questão da necessidade de realização de uma acção de sensibilização dos técnicos da Segurança Social e da necessidade de criação de postos de atendimento em áreas socialmente mais críticas.

Entrando no ponto **4 da Ordem dos Trabalhos**, foi proposto e aprovado, por unanimidade, que a próxima reunião fosse agendada de acordo com a disponibilidade de agenda do Senhor Provedor de Justiça, de que se dará conhecimento na respectiva convocatória.

O Senhor Presidente da CICDR agradeceu a presença de todos e deu por encerrados os trabalhos pelas onze horas e trinta minutos.

Lisboa, 16 de Abril de 2007  
O Presidente da CICDR

Rui Marques